

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: Valor Econômico.....	2
Título: Chinesa Spic compra participação em usinas a gás do Açu	2
Título: ANM lança sistema digital que reduz tempo em pedido de pesquisa mineral	3
Título: A conta da pandemia, o espirro e o canhão	5
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	7
Título: Trump ameaça retaliar Brasil por causa do etanol	7
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	9
Título: Benefício fiscal do setor de petróleo vai a R\$ 28 bi	9
VEÍCULO: O Globo	10
Título: Governo quer nova agenda regulatória em 2020.....	10
VEÍCULO: Correio Braziliense.....	12
Título: Câmara discute suspensão de contas de luz, água e esgoto	12

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 11/08/2020****Seção: Empresas****Autor: André Ramalho — Do Rio****Título: Chinesa Spic compra participação em usinas a gás do Açu**

A chinesa State Power Investment Corporation, por meio da subsidiária Spic Brasil, assinou contrato para comprar 33% do complexo termelétrico do Porto do Açu, em São João da Barra (RJ). Com o negócio, previsto para ser sacramentado até o fim do ano, a multinacional estreia em geração a gás natural, no país, e se compromete a dividir investimentos com a Prumo Logística (do fundo EIG Global Energy Partners), Siemens e a BP, em um empreendimento de US\$ 5 bilhões.

O valor da transação é mantido em sigilo pelas partes. A estimativa é que a Spic entre com cerca de US\$ 1,65 bilhão no projeto, uma vez que a empresa assumirá um terço dos US\$ 5 bilhões que serão demandados para desenvolver o parque termelétrico do Açu, na íntegra - incluindo, nessa conta, o dinheiro já investido na primeira usina, em fase final de construção.

O complexo de geração a gás do Açu prevê a construção de quatro térmicas, que somam 6,4 gigawatts (GW) de capacidade instalada. A Spic vai incorporar ao portfólio no Brasil, assim, as usinas GNA I e GNA II, ambas já contratadas e que somam 3 GW. Além disso, a carteira de projetos da chinesa passa a contar com mais duas térmicas licenciadas: a GNA III e GNA IV. As duas primeiras unidades começarão a operar com gás natural liquefeito (GNL) importado, enquanto as duas seguintes devem utilizar o gás do pré-sal.

A presidente da Spic Brasil, Adriana Waltrick, destaca que a aquisição marca um “grande passo” na continuidade da trajetória de crescimento da empresa no país. “O Brasil é um país prioritário para nós”, afirmou ao **Valor**.

A Spic possui um parque gerador de 151 GW, no mundo, sendo 1,7 GW no Brasil - por meio da hidrelétrica de São Simão (MG-GO), com 1.710 MW, e dos parques eólicos Millennium (10 MW) e Vale dos Ventos (48 MW), na Paraíba.

Segundo Adriana, a companhia segue de olho em novas oportunidades de expansão, seja por meio da aquisição de ativos existentes ou via participação em leilões. Além do desenvolvimento do projeto no Açu, a Spic mira o segmento de renováveis, soluções de armazenagem de energia, projetos híbridos de geração de energia e hidrelétricas de grande porte.

No complexo termelétrico do Açu, a Spic terá uma fatia de 33%, em sociedade com a GNA Infra (45%), joint venture formada pela Prumo Logística, BP e a

Siemens. Além da participação indireta, por meio da GNA Infra, a Siemens possui, diretamente, mais 22% do complexo.

O presidente da Prumo, Tadeu Fraga, disse que as negociações vêm desde o ano passado, durante a cúpula do BRICs, no Brasil. Segundo ele, a chinesa ajudará não só com a entrada de capital novo no projeto. “Não estamos trazendo um sócio financeiro, a Spic é um sócio estratégico que agrega capacidade para otimização de projetos, investimentos e custos”, disse.

O executivo disse que a chegada do novo sócio está em linha com o modelo de negócios da Prumo, de buscar parcerias para as empresas-âncoras que ajudam a desenvolver o Porto do Açu. Questionado se a dona do Açu tem a intenção de sair do capital da GNA, ele disse que por ora não. “Mas se em algum momento a entrada de um novo sócio se mostrar mais vantajosa para o desenvolvimento dos projetos de forma mais rápida, estamos abertos [a negociar]. Mas sem nenhuma pressa”, respondeu.

Fraga destacou ainda que a Prumo acompanha com atenção os desdobramentos da Nova Lei do Gás. Segundo o executivo, a segunda fase de investimentos da GNA - que prevê a construção de novas térmicas (GNA III e GNA IV), mas também unidades de processamento de gás e gasodutos “se insere muito bem dentro da abertura do mercado de gás no Brasil”.

A primeira usina do Açu, a GNA I (1,3 GW) está prevista para começar a operar no primeiro semestre de 2021, e a GNA II (1,7 GW) em 2023. As demais termelétricas dependem de novos leilões de energia. “Estamos permanentemente preparados para participar de futuros leilões”, disse.

Ele afirmou, ainda, que o Açu está se preparando também para entrar no mercado de energias renováveis. “Isso ganhou ênfase dentro dos nossos planos”, comentou.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 11/08/2020

Seção: Empresas

Autor: Ana Paula Machado — De São Paulo

Título: ANM lança sistema digital que reduz tempo em pedido de pesquisa mineral

Dentro da missão de desburocratizar os processos e ganhar produtividade, a Agência Nacional de Mineração (ANM) vai colocar no ar o requerimento de pesquisa mineral online de áreas. Com isso, segundo a diretora da ANM, Débora Puccini, documentos que ficavam em média 728 dias para serem aprovados devem ter a autorização em 34 dias.

“A estratégia da agência é de dar regularidade e uniformidade aos processos, primeiro foi com o protocolo online e agora com a construção de uma sistema de requerimento de pesquisa. Com essa nova plataforma todas as unidades da ANM no país terão padronizado as regras para a pesquisa mineral. Vamos dar mais agilidade aos processos”, diz.

Segundo ela, o interessado delimita a área que deseja pesquisar e, se nela não houver nenhuma interferência com outras áreas ou restrição, seja ambiental, indígena ou qualquer outro tipo de bloqueio, é aprovada em até 34 dias. Desse tempo, 30 dias são para cumprir exigência do Código de Mineração e os quatro dias restantes para o procedimento de publicação no Diário Oficial da União.

“Se a área apontar qualquer tipo de interferência, não se aplica à previsão de 34 dias e o requerimento é enviado ao controle de áreas da agência, seguindo para a análise rotineira da ANM”, afirmou Puccini

A diretora ressaltou que, por ano, entram em média na agência 15 mil requerimentos de pesquisa. “Dos 800 técnicos que temos em todo país, 150 ficam por conta das análises na área de pesquisa que não inclui somente o requerimento. Essa parte é lenta não só porque o contingente é pequeno, mas também porque não havia padronização entre as unidades da ANM”, acrescentou a diretora.

Hoje, no país há de 15 mil a 20 mil requerimentos parados aguardando análise na Agência. “Isso representa investimentos que são postergados. Pelos nossos estudos, R\$ 1 bilhão deixam de ser aplicados no setor em razão dessa burocracia. São empregos que são adiados. Vamos fazer a economia girar mais rapidamente no setor mineral.” Segundo a diretora, a ANM já começou o processo de digitalização desses documentos.

A nova ferramenta, conforme Puccini, além de desafogar os processos físicos, vai trazer liberdade econômica ao setor com alocação de risco adequada, pois o processo é auto declaratório. Junto com o requerimento, o solicitante assina declaração e se responsabiliza pela veracidade das informações prestadas. Se a fiscalização constatar irregularidades, o pesquisador não só perde a área como pode ser responsabilizado criminalmente.

“A agência vai dar mais liberdade econômica ao setor, com a contrapartida de comportamento justo dos agentes, pressupondo a boa-fé dos interessados. Porém, a fiscalização e penalização serão severas em caso de abusos.”

O próximo passo da ANM para desburocratizar os processos é a digitalização da aprovação dos resultados da pesquisa mineral. Segundo ela, a estimativa é que a nova ferramenta estará disponível no máximo no início do próximo ano. “Em

menos de seis meses não se consegue fazer a apresentação do relatório final de pesquisa para dar início ao processo de concessão de área. Em média, se gasta três anos.”

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 11/08/2020

Seção: Política

Autor: Andrea Jubé

Título: A conta da pandemia, o espirro e o canhão

No pós-pandemia, a retomada econômica implicará a aprovação de uma renda básica de pelo menos R\$ 600 mensais para impulsionar o consumo, e, simultaneamente, o aval do Congresso a um pacote de privatizações, incluindo a Pré-Sal Petróleo S/A (PPSA), que administra os contratos da União na exploração dos campos de petróleo pelo regime de partilha, a Eletrobras e os Correios.

“Não se faz a transição de 2020 para 2023 sem isso”, afirmou à coluna o líder do MDB, Eduardo Braga (AM), que discutiu essas medidas, entre outras, em uma reunião recente com o ministro da Economia, Paulo Guedes.

Guedes acha que pandemia facilitará as privatizações

O Congresso sempre resistiu à venda dessas estatais, sobretudo à privatização da Eletrobras. Mas segundo Braga, Paulo Guedes estaria convencido de que a gravidade da crise provocada pela pandemia deverá sensibilizar os deputados e senadores sobre a necessidade da alienação das estatais, que no melhor cenário, pode arrecadar R\$ 700 bilhões.

A outra alternativa para custear o rombo da pandemia, que deverá chegar a R\$ 800 bilhões até o fim do ano, igualmente amarga, é a criação do novo imposto sobre transações digitais.

Segundo Braga, o pagamento do auxílio emergencial de R\$ 600 fez a economia girar nesses cinco meses de pandemia. Por isso, o senador argumenta que seria preciso manter esse ritmo de consumo por mais 48 meses para evitar um mal maior.

Ele rechaça os moldes até agora divulgados do Renda Brasil, que pretende substituir o auxílio emergencial e o Bolsa Família por uma renda estimada em R\$ 300 mensais. “Para que a renda básica tenha efeito na macroeconomia, tem que ser um canhão, não pode ser um espirro”.

Por isso, apresentou um projeto para instituir uma renda básica permanente de R\$ 600, que ele defende que vigore durante pelo menos quatro anos. Ele indica as fontes de financiamento do benefício: além da integração de programas, como Bolsa Família, abono salarial e salário-família, ele prevê o aumento da arrecadação com a tributação de lucros e dividendos, a tributação progressiva sobre grandes bancos, a tributação de aplicações financeiras e a revisão dos juros sobre capital próprio.

A tributação sobre lucros e dividendos está igualmente em estudo na equipe econômica, e segundo Braga, na atual conjuntura, tornou-se inevitável. O senador revela que em conversas reservadas, interlocutores mais ricos admitem que esse aumento de carga tributária vai se consumir.

Em estimativas preliminares, a renda básica proposta por Braga terá orçamento de R\$ 101 bilhões. As três parcelas pagas até agora do auxílio emergencial, que alcançaram diretamente 65,9 milhões de brasileiros custaram R\$ 151,4 bilhões aos cofres públicos em cinco meses, segundo o Ministério da Cidadania.

Eduardo Braga ressalta que, para o governo entrar em 2021 com um programa de renda básica eficiente e sem sobressaltos, será preciso vender algumas “joias da Coroa”. Ele cita a Eletrobras, os Correios e a PPSA, esta com maior valor de liquidez do mercado, estimada em R\$ 500 bilhões ou até R\$ 600 bilhões.

Ex-ministro de Minas e Energia, Braga diz que vai estudar um eventual modelo de IPO em alternativa à privatização da PPSA. “Se for possível, eu optaria por transformá-la em uma empresa de mercado e me capitalizaria com venda de ações”.

A privatização da Eletrobras enfrenta resistências do Congresso, mas há meses o governo tenta construir um acordo. Segundo Braga, a venda da Eletrobras poderia arrecadar até R\$ 35 bilhões.

Mas nos termos do que vem sendo costurado com os senadores, uma parcela desses recursos seria direcionada para a criação de fundos de recuperação das hidrovias do Rio São Francisco e da Bacia Amazônica. Neste caso, restariam cerca de R\$ 15 bilhões para o Tesouro. Ainda segundo o senador, a venda dos Correios poderia render até R\$ 20 bilhões.

O governo vê uma oposição sem bala na agulha para impedir as privatizações, embora preveja uma reação forte do Sindicato dos Petroleiros, um dos que ainda sobrevive com algum fôlego após a extinção do imposto sindical. Ainda assim, o governo privatizou sem transtornos a BR Distribuidora no ano passado por R\$ 9,6 bilhões.

“Vamos ter 48 meses para fazer a transição do cenário de terra arrasada para um novo momento de retomada de investimentos por concessões, privatizações, PPPs [parcerias público-privadas]”, diz Braga. “Sem a renda básica nesse período, a indústria, a área de serviços e o varejo vão derreter”.

Ele reconhece que o novo modelo de auxílio, mais amplo e permanente, vai ajudar a reeleição de Bolsonaro. Mas diz que a outra alternativa é deixar o Brasil quebrar. “Sim, os eleitores serão gratos ao Bolsonaro, mas vamos fazer o quê, enterrar o Brasil?”

O deputado Orlando Silva (PCdoB-SP) diz que não é hora de pensar em quem vai “faturar politicamente” com a nova renda básica depois do auxílio emergencial.

Um dos deputados mais próximos do presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), Orlando lembra que foi o relator do decreto de calamidade pública, que livrou o governo do cumprimento das metas fiscais para combater o coronavírus, e da medida provisória de preservação de empregos. “Somos oposição ao governo, não ao país, nem ao povo”.

Orlando pondera que a defesa histórica das políticas de transferência de renda, que garantam condições dignas para os mais pobres viverem, é bandeira da oposição. Mas admite que é Bolsonaro quem vem lucrando com o pagamento do auxílio de R\$ 600, que inicialmente, ele havia estimado em R\$ 200.

“Acredito que os presidentes Rodrigo Maia e Davi Alcolumbre deveriam atuar pra divulgar mais as ações do Congresso. O presidente Bolsonaro omite informações e dados para não valorizar o papel do parlamento, e, infelizmente, não disputamos o protagonismo como deveríamos”.

Mas Orlando ainda é cético quanto ao futuro Renda Brasil. “Onde Paulo Guedes estudou não tem a aula “gasto público”. Ele vai ficar enrolando e não fará nada”.

Andrea Jubé é repórter de Política em Brasília. Escreve às terças-feiras

E-mail: andrea.jube@valor.com.br

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 11/08/2020

Seção: Economia

Autor: Beatriz Bulla CORRESPONDENTE /WASHINGTON

Título: Trump ameaça retaliar Brasil por causa do etanol

Presidente americano quer que governo de Jair Bolsonaro reduza a tarifa imposta ao produto importado dos EUA e fala em ‘reciprocidade’

O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, disse ontem que pode impor tarifas a produtos brasileiros – sem especificar quais – se o governo de Jair Bolsonaro não reduzir as tarifas impostas pelo Brasil ao etanol importado dos EUA. “No que diz respeito ao Brasil, se eles impõem tarifas, nós temos de ter uma equalização de tarifas. Vamos apresentar algo sobre tarifas e justiça, porque muitos países têm nos cobrado tarifas e nós não cobramos deles. É chamado reciprocidade. Você pode esperar algo sobre isso muito em breve”, disse Trump. Ele foi questionado pela reportagem da emissora Globo- News se havia pedido ao embaixador dos EUA no Brasil, Todd Chapman, para fazer a articulação com o governo brasileiro para reduzir as tarifas impostas ao etanol.

O americano disse que “não discutiu muito” o tema, mas “provavelmente em algum momento” fará isso. “Não queremos as pessoas impondo tarifa a nós, embora eu tenha uma relação muito boa com o presidente Bolsonaro. Ele está indo bem, ele se recuperou da covid- 19, o que é ótimo, eu envio minhas saudações.” Atualmente, há isenção para importação de até 750 milhões de litros de etanol dos EUA por ano, mas a partir daí a tarifa é de 20%. A cota já foi flexibilizada, mas a Embaixada dos EUA no Brasil tem feito apelos ao governo para derrubar as tarifas.

Chapman tem sido pressionado por parlamentares democratas americanos a respeito do tema, já que a mudança na cota do etanol pode ser explorada politicamente por Trump com os agricultores americanos do Meio-Oeste, base do eleitorado republicano. Em uma manifestação após críticas de deputados democratas, o embaixador informou que em nenhum momento solicitou a autoridades brasileiras que tomassem medidas em apoio a Trump. “Como diplomata de carreira, tive o prazer de servir ao governo dos EUA sob as administrações de ambos os partidos políticos”, afirmou o embaixador.

O etanol americano é produzido do milho, cuja produção já é mais barata que o brasileiro, feito da cana-de-açúcar, e ainda recebe subsídios. A pandemia reduziu a demanda e, conseqüentemente, os preços de gasolina e etanol. O Brasil importou 810,92 milhões litros de etanol dos EUA neste ano. Os números vêm caindo desde 2017, quando as importações atingiram a marca de 1,8 bilhão. A produção média de etanol nos EUA atingiu a marca de 931 mil barris por dia no início de julho. No ano passado, houve queda de 14% nas exportações de etanol ante 2018, a primeira desde 2015.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Data: 11/08/2020****Seção: Mercado****Autor: Danielle Brant e Nicola Pamplona****Título: Benefício fiscal do setor de petróleo vai a R\$ 28 bi**

O Repetro, regime aduaneiro especial para empresas do setor de óleo e gás, representou benefícios fiscais da ordem de R\$ 28 bilhões em 2019, com a regularização de plataformas de exploração de petróleo e sob efeito da alta do dólar.

Os dados são da Receita Federal e foram solicitados pelo Inesc (Instituto de Estudos Socioeconômicos) via LAI (Lei de Acesso à Informação).

O valor superou em quase R\$ 4 bilhões o total de incentivos fiscais de toda a Zona Franca de Manaus e áreas de livre-comércio em 2019 — R\$ 24,7 bilhões.

O Repetro isenta da cobrança de impostos e tributos federais a importação de equipamentos para o setor de óleo e gás. O regime desonera equipamentos como plataformas e sondas e outros com valor superior a US\$ 25 mil — a relação dos bens que entram no regime é feita pela Receita.

Companhias que usam mais bens de exploração, como a Petrobras, responsável por 80% da produção do país, acabaram sendo mais beneficiadas pelo Repetro.

Os dados de 2019 e de 2018 não podem ser comparados com os de anos anteriores. Isso porque em 2017 houve mudança na legislação do Repetro, que foi prorrogado até 2040. As empresas passaram a poder comprar e importar os equipamentos que antes eram alugados ou afretados de uma subsidiária no exterior.

A alteração na lei permitiu que pudessem ser registradas por uma empresa no Brasil. A transferência causou um efeito contábil — especialistas do setor calculam que, dos R\$ 28 bilhões de benefício em 2019, R\$ 15 bilhões tenham sido reflexo da migração dos ativos.

Já a Receita atribui o aumento do benefício à variação do dólar (+3,5%), e não à importação de novos bens no país.

Segundo o fisco, houve em 2019 aumento significativo da importação no regime em relação às plataformas e embarcações, devido à necessidade de regularização de bens que já se encontravam no país, mas que estavam admitidos no antigo Repetro.

Com a mudança nas regras, esses equipamentos precisaram migrar para o novo regime Repetro-Sped.

Por isso, conforme a Receita, agrande maioria dos bens já fazia parte do regime, mas, pela mudança na legislação, precisou registrar nova declaração de importação.

“Logo, não está havendo um aumento massivo de bens importados vindos do exterior, mas, sim, uma regularização de bens que já estavam aqui no país admitidos temporariamente, mas que hoje, em razão da lei 13.586/2017, tiveram que migrar para a modalidade definitiva do regime”, indica o fisco em análise.

Para Livi Gerbase, assessora política do Inesc, o número da renúncia fiscal chama a atenção. “O governo está abrindo mão de arrecadar em meio a um cenário de crise fiscal.”

Nas contas de Gerbase, se o governo tivesse recolhido esses valores das empresas do setor de óleo e gás, seria possível ampliar o alcance do auxílio emergencial de R\$ 600 a mais 15 milhões de pessoas durante três meses, por exemplo.

“A renúncia é quase do tamanho de um Bolsa Família.” O orçamento do programa para este ano é de R\$ 32,5 bilhões.

Especialistas, no entanto, adotam cautela ao falar do benefício fiscal. Segundo eles, sem o incentivo, o Brasil perderia competitividade.

Frederico Bastos, sócio do BVZ Advogados, diz que o Repetro acaba se tornando menos um benefício fiscal e mais um benefício financeiro. “A Receita abre mão de arrecadar os volumes de recursos do Repetro para dar incentivo a que as empresas explorem essa atividade. Mas, dentro das renúncias fiscais aduaneiras, o Repetro é mais significativa.”

Segundo o IBP (Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás e Biocombustíveis), apesar da aplicação do Repetro, “a tributação petrolífera no Brasil permanece sendo uma das mais altas do mundo, representando cerca de 70% da renda, bem acima da carga tributária média no país, a qual se situa em torno de 38 a 40%”.

VEÍCULO: O Globo

Data: 11/08/2020

Seção: Economia

Autor: MANOEL VENTURA

Título: Governo quer nova agenda regulatória em 2020

Plano é votar, ainda neste semestre, projetos revisando regras para sete setores, que poderão ajudar a destravar a economia. Propostas vão desde autonomia do BC até novo regime para os leilões de petróleo

O governo planeja votar no Congresso pelo menos sete projetos com mudanças em marcos regulatórios, com o objetivo de destravar a economia ainda neste semestre. Segundo o líder do governo no Senado, Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE), o primeiro projeto deve ser a autonomia do Banco Central, que pode ser pautado nos próximos 15 dias.

— Queremos pautar a autonomia do Banco Central nesta semana, ou na semana seguinte, para a gente avançar nessa pauta — disse.

O objetivo do governo é votar ainda as mudanças nas legislações de petróleo, cabotagem, ferrovias e energia elétrica.

No caso do petróleo, a intenção é mudar o regime de partilha, que rege os contratos do pré-sal. Os técnicos do governo só querem fazer os próximos leilões de óleo e gás após o regime ser alterado.

O projeto do senador José Serra (PSDB-SP) permite que o governo defina, caso a caso, quais leilões serão feitos no regime de partilha e quais serão em concessão.

O ministro da Economia, Paulo Guedes, defende o fim da partilha. Ele considera que esse regime acrescenta custos às empresas e desfavorece a competição nos leilões.

NOVO BOLSA FAMÍLIA

O governo também pretende aprovar o projeto que abre o mercado de cabotagem (navegação entre portos brasileiros). No setor elétrico, está em discussão o novo marco que facilita a entrada do consumidor livre e permite a portabilidade.

Outro texto facilita a construção de ferrovias, que passariam a ser feitas sob o regime de autorização. Hoje, as ferrovias são regidas pelo regime de concessão, considerado mais difícil para atrair investimentos. Com a autorização, um investidor não precisará participar de leilões para construir uma ferrovia por conta própria.

— Esses quatro marcos legais, estamos querendo agilizar no Senado — disse Bezerra Coelho.

Na Câmara, o objetivo é votar a nova Lei de Falências e o novo marco para o gás natural, que deve ser apreciado nos próximos dias.

— Essas seis matérias, junto com a autonomia do Banco Central, são as que estamos fazendo um esforço para que possam ser apreciadas até 26 de setembro — disse o líder do governo.

Após o fim de setembro, o Congresso deve parar por um mês e meio para as eleições municipais:

— Voltamos só depois do dia 15 de novembro, para concluir as deliberações dessas matérias. O Brasil conseguiu mitigar os efeitos da crise econômica. Agora temos que discutir os efeitos da retomada. É preciso criar um ambiente para a economia retomar com força.

O governo deve encaminhar ao Congresso a proposta do Renda Brasil ainda neste mês. O programa vai substituir o Bolsa Família.

Bezerra Coelho lembra que o governo terá de definir a fonte de financiamento do programa, que custará mais do que o Bolsa Família. Apesar do aumento da despesa, o líder ressalta que o Renda Brasil poderá atender até 21 milhões de famílias, no lugar das 14 milhões que recebem atualmente o Bolsa Família. O valor do benefício também será ampliado, passando de uma média R\$ 190 para até R\$ 300.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 11/08/2020

Seção: Cidades

Autor: Ana Maria Campos

Título: Câmara discute suspensão de contas de luz, água e esgoto

Eixo capital

A Ceb e a Caesb podem ficar três meses sem receita. A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) da Câmara Legislativa aprovou, ontem, por meio de teleconferência, parecer ao projeto de autoria do deputado Fernando Fernandes (Pros) que suspende pelo prazo de 90 dias a cobrança das taxas de consumo de serviços públicos de luz, água e esgoto. De acordo com a proposição, todos os consumidores residenciais e empresariais serão beneficiados. A cobrança das contas será feita pelas empresas em seis parcelas, começando no mês subsequente ao período da suspensão. A medida para

facilitar a vida dos consumidores em meio à pandemia da covid-19 pode complicar a situação financeira das concessionárias.

CAPAS DE JORNAIS

www.valor.com.br

Terça-feira, 11 de agosto de 2020 - Ano 22 - Número 1042 - R\$ 3,00

GM e Fiat Chrysler trocam acusações de espionagem e campanha difamatória B3

Acordo de bancos italianos abre caminho para fusões na Europa C2

Na 'Live do Valor', Tânia Cosentino da Microsoft pede agenda ambiental e educação para atrair investimentos A4

Valor

ECONÔMICO

20 de 2020

Destques

Redes sociais sofrem perda de R\$ 1,3 bilhão

A queda da Facebook e do Twitter no início de agosto levou a uma perda de mercado de R\$ 1,3 bilhão para as duas empresas, segundo o Valor. A queda ocorreu devido a preocupações com a segurança dos dados e a possibilidade de vazamentos de informações.

WW para o fim do conflito no Oriente Médio

O Conselho de Segurança da ONU aprovou uma resolução que pede a retirada das tropas israelenses do território palestino. A resolução foi aprovada por 12 votos a favor e 2 abstenções.

Facebook faz mudança e PNBs

A Facebook anunciou uma mudança em sua política de privacidade, o que levou a uma queda de R\$ 1,3 bilhão na sua valorização de mercado.

Risco e Lucro em São Paulo

A análise de risco e lucro em São Paulo indica que o mercado está em uma fase de incerteza, com riscos elevados e lucros moderados.

Agenciamento e segurança jurídica

A análise de agenciamento e segurança jurídica indica que o mercado está em uma fase de incerteza, com riscos elevados e lucros moderados.

Tecnologia que vence a crise

A análise de tecnologia indica que a tecnologia é a chave para superar a crise econômica atual.

Crescimento veloz

A análise de crescimento indica que o mercado está em uma fase de crescimento rápido.

Efeito 'fintwit' e temor de bolha rondam a bolsa

A queda da bolsa brasileira no início de agosto levou a uma perda de R\$ 1,3 bilhão para o mercado. A queda ocorreu devido a preocupações com o efeito 'fintwit' e o temor de uma bolha na bolsa.

Teles discutem rateio de clientes da Oi

A Oi Telecomunicações e a Vivo discutem o rateio de clientes da Oi, o que levou a uma queda de R\$ 1,3 bilhão na sua valorização de mercado.

Spic, da China, assume 33% das térmicas do Açu por US\$ 1,65 bi

A Spic, uma empresa chinesa, assumiu 33% das térmicas do Açu por US\$ 1,65 bilhão.

Sem governo

A análise de sem governo indica que o mercado está em uma fase de incerteza, com riscos elevados e lucros moderados.

STF limita efeito fiscal com TPI

O Supremo Tribunal Federal (STF) limitou o efeito fiscal com a TPI, o que levou a uma queda de R\$ 1,3 bilhão na sua valorização de mercado.

Ideias

A análise de ideias indica que o mercado está em uma fase de incerteza, com riscos elevados e lucros moderados.

Indicadores

A análise de indicadores indica que o mercado está em uma fase de incerteza, com riscos elevados e lucros moderados.

O ESTADO DE S. PAULO

FUNDADO EM 1875 JULIO MESQUITA (1884 - 1927)

Terça-feira 11 DE AGOSTO DE 2020 R\$ 5,00 ANO 141 Nº 46319

estadão.com.br



Ajuda brasileira. Caixas com 5,5 toneladas de doações, armazenadas em Guarulhos antes do embarque para o Líbano, amanhã, em avião da FAB

Premiê libanês renuncia em meio a onda de violência

Seis dias após a explosão que deixou pelo menos 200 mortos, 6 mil feridos e 300 mil desabrigados em Beirute, o premiê Hassan Diab renunciou. Um terço de seu gabinete já havia caído por causa de violentos protestos, que se acentuaram ontem. A decisão do premiê não deve mudar imediatamente a política libanesa, já que os ministros – incluindo os que saem – serão os encarregados de formar novo governo, algo que pode levar meses. **INTERNACIONAL / PÁG. A7**

ARTIGO • Tom Perry e Ellen Francis / REUTERS

Os apagões libaneses

A incapacidade do Estado libanês de fornecer eletricidade é uma metafora para falhas mais amplas. Apenas uma das consequências de um sistema baseado na política sectária. **PÁG. A7**

Equipe econômica cria força-tarefa para manter teto de gastos

Dados serão levados a congressistas; Guedes teme alta de juros e fuga de investidores

Um "road-show" está sendo preparado pelo Ministério da Economia para tentar convencer deputados e senadores da importância da manutenção da lei do teto de gastos. A ideia da equipe econômica é mostrar em sessões públicas dados e números que retratem a atual situação fiscal do País e as consequências do abandono da regra prevista na Constituição que impede que as despesas cresçam em ritmo superior

● **'País pode ir à bancarrota'**
Ex-secretário do Tesouro, Paulo Vespúcio diz que, se forem criados gastos sem fontes, Brasil vai à bancarrota. **PÁG. B5**

ao da inflação. Entre esses dados, está a previsão de alta da dívida bruta do governo para 98,2% do PIB em 2020. O ministro da Economia, Paulo Guedes,

vê o teto como uma ferramenta importante de âncora da política econômica. A sua retirada é considerada por ele um caminho para o aumento dos juros e da desconfiança com o futuro do País. Ontem, o dólar fechou em R\$ 5,46, o maior valor desde maio, diante da percepção de piora do quadro fiscal no Brasil e o debate sobre projetos que ameçam o teto de gastos. **ECONOMIA / PÁG. B4**

Varejo prevê queda menor por causa dos R\$ 600

Prevista inicialmente para 13,8%, a queda de vendas do comércio em 2020, por causa da pandemia, deverá ser de 6,7%, metade do esperado, segundo estudo da Fecomércio de SP com base em dados de todo o País. A queda menos acentuada do varejo é atribuída aos efeitos do pagamento do auxílio emergencial de R\$ 600 a desempregados, trabalhadores informais e beneficiários do Bolsa Família. **ECONOMIA / PÁG. B1**

● **SP recebe R\$ 1 bi em doações**
Recursos doados por 452 empresas e pessoas físicas são utilizados em saúde, educação e proteção social. **PÁG. A11**

Apenas SP, DF e AM definem calendário de volta às aulas

Levantamento sobre a volta às aulas presenciais aponta que apenas São Paulo, Distrito Federal e Amazonas definiram plano de retorno. Além de indefinição sobre datas, Estados debatem quem deve voltar primeiro às escolas. Todos preveem rodízio de estudantes. Nas discussões sobre a retomada do ano letivo, governos estaduais criticam a ausência de uma coordenação nacional por parte do Ministério da Educação. **METROPOLIS / PÁG. A10**

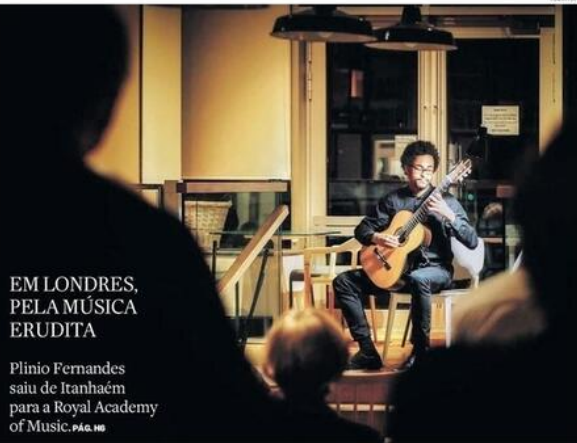
● **Na capital, 17,9% de infectados**
Cientistas calculam que, entre moradores adultos da cidade de SP, 17,9% apresentam anticorpos contra a covid-19. **PÁG. A12**

NA QUARENTENA



PORTAS QUE SE ABREM

Nathalia Gonçalves lançou o Charco Café, uma das novas casas da cidade. **PÁG. H1**



EM LONDRES, PELA MÚSICA ERUDITA

Plínio Fernandes saiu de Itanhaém para a Royal Academy of Music. **PÁG. H6**

Negócios

BANCOS BUSCAM EXECUTIVO DE 'GRIFE'

Ex-secretário do Tesouro, Mansueto Almeida foi para o BTG Pactual. É mais um nome de uma série de contratações, que inclui José Berenguer pela XP e Joaquim Levy pelo Safra. **ECONOMIA / PÁG. B10**

Eliane Cantanhêde

Jair Bolsonaro vai trocando a indumentária inócuada de presidente pela fantasia agradável de candidata. **POLÍTICA / PÁG. A5**

Pedro Fernando Nery

Moradores de cidades pobres do Brasil pagam mais imposto de renda do que os das cidades ricas. **ECONOMIA / PÁG. B8**

Rio de Janeiro

LUGAR NA AREIA, SÓ NO APLICATIVO

Prefeitura diz que, para evitar aglomerações, fará marcações na praia para indicar onde cada banhista vai ficar. **METROPOLIS / PÁG. A13**

Por etanol, Trump fala em taxar itens do Brasil

ECONOMIA / PÁG. B6

Tempo em SP 15 Min. 28º Máx.



PANDEMIA NO PAÍS

● Conforme os números levantados pelo consórcio da imprensa

TOTAL DE MORTES	101.857
NOVOS REGISTROS DE MORTES EM 24H, ATÉ AS 20H DE ONTEM	721
MÉDIA MÓVEL DE MORTES (7 DIAS)	1.022
TOTAL DE TESTES POSITIVOS	3.056.312
NOVOS CASOS DETECTADOS EM 24H, ATÉ AS 20H DE ONTEM	20.730
TOTAL DE RECUPERADOS*	2.163.812

NOTAS E INFORMAÇÕES

O governo fictício de Mourão

O vice-presidente discursa como se refletisse ideias e atitudes de um governo organizado, moderno e guiado por valores civilizados. **PÁG. A3**

A difícil reconstrução do Líbano

União de esforços é vital para estabelecer país e evitar crise regional. **PÁG. A3**

DIÁLOGOS
ESTADÃO
THINK
ONCOLOGIA
em tempos de pandemia
11 de agosto às 11h

FOLHA DE S. PAULO

DESDE 1921 ★★ UM JORNAL A SERVIÇO DA DEMOCRACIA

ANO 100 * Nº 33.368

TERÇA-FEIRA, 11 DE AGOSTO DE 2020

R\$ 5,00

Só 3 estados e DF têm datas para aulas presenciais

Levantamento da Folha indica que só Amazonas, São Paulo, Paraná e o Distrito Federal já definiram data de retorno às aulas presenciais, ainda que as autoridades afirmem ser uma previsão. Escolas da rede estadual em Manaus voltaram ontem, mas as do interior continuam fechadas. A maioria dos estados planeja que a retomada ocorra junto para públicas e particulares. Saúde B1

Ilustrada B7

Fim do contrato de exclusividade de medalhões da Globo deve mudar a TV

Esporte B11

Champions League divide Lisboa, que sediará fases finais da competição

Esporte B11

Após falha em testes de Covid do Goiás, CBF libera uso de laboratórios locais

Receita com nova CPMF não banca promessas de Guedes

Tributo arrecadaria R\$ 120 bilhões, mas benefícios consumiriam até R\$ 248 bi

As medidas prometidas pelo governo sob a condição de que o Congresso aprove uma espécie de nova CPMF demandariam, caso fossem instituídas integralmente, mais do que a arrecadação estimada com o tributo sobre pagamentos. Sua criação tem sido uma bandeira de Paulo Guedes (Economia).

As propostas citadas pelo ministro e sua equipe consumiriam entre R\$ 218 bilhões e R\$ 248 bilhões ao ano em recursos. Já a cobrança do tributo geraria uma receita anual em torno de R\$ 120 bilhões, considerando uma alíquota de 0,2% por operação. Esse é o valor de referência usado pelo ministério.

O cálculo mostra como o Executivo tem enumerado diversas iniciativas para argumentar a favor do imposto, mas teria de escolher quais realmente sairiam do papel caso viesse a ser aplicado o percentual mencionado. Uma delas é a desoneração da folha de pagamentos das empresas.

Embora tenha dado aval a Guedes para negociar com congressistas, nos bastidores o presidente Jair Bolsonaro afirma acreditar que dificilmente um novo tributo vá ter apoio do Legislativo. E considera que a medida, caso seja viabilizada, poderá desgastar a imagem do Planalto. Mercado A14



Professor dá aula para turma da escola estadual Petrópolis Portela, em Manaus, no primeiro dia de conteúdo presencial após a pandemia. Evelyn Queiroz/A Crítica

Joel P. da Fonseca

Evitemos uma cloroquina das contas públicas

Falar em aumento de impostos não é pecado. Se os gastos forem aumentar, é melhor ser transparente agora e fazer a discussão com clareza do que escamotear um aumento na reforma tributária. Poder A5

ENTREVISTA

Alexandre Baldy

‘É o momento de refletir se vale estar na vida pública’

Licenciado do governo Dória desde a semana passada, quando foi preso sob acusação de receber propina, o secretário de Transportes Metropolitanos diz que teve direito de defesa violado. “Foi completamente abusivo.” Poder A6

Em lista, Planalto relaciona casos de Covid a adversários

O Planalto distribuiu a partir da base aliada lista que associa infecções e mortes por Covid a governadores e prefeitos, muitos deles adversários do presidente Jair Bolsonaro.

O ranking de novos casos é liderado pelos tucanos João Dória (SP) e Eduardo Leite (RS) e pelo petista Rui Costa (BA). Saúde B4

Doações privadas contra vírus em SP passam de R\$ 1 bi

Mercado A18

Não há razão para alívio com números da pandemia no Brasil, afirma OMS

Saúde B3

Laila de Almeida/Folhapress



INCÊNDIO NO PANTANAL AMEAÇA UM DOS MAIORES HOTÉIS DA REGIÃO

Bombeiros e brigadistas combatem foco de incêndio no entorno do hotel Sesc Porto Cercado, no município de Poconé, no Pantanal mato-gossense; o estabelecimento, que se preparava para reabrir as portas, teve de retirar funcionários. Ambiente B5

Após respaldo no auge, Lava Jato vê reverses no STF

Autoridades da Lava Jato têm sofrido uma sequência que parece interminável de reverses no Supremo, com revisão de julgamentos e retirada de casos sob sua responsabilidade. O quadro contrasta com os primeiros anos da operação, quando havia um respaldo majoritário da corte às suas ações. Poder A4

PAINEL

Com novas Câmaras, desembargador terá até R\$ 100 mil extras

Poder A4

Pandemia no Brasil

Brasil
Casos 3,1 mil 43,5 mil +5,3%
Óbitos 101,9 mil 1.022 -3,7%

Dados das 20h de 10 ago. *Média móvel de 7 dias **Em relação a 14 dias

Estágios da pandemia

■ Acelerado
■ Estável
■ Desacelerado
■ Reduzido



Estados com mais óbitos

Total
1º SP 25,2 mil
2º RJ 14,1 mil
3º CE 8 mil

Situação nos municípios

■ Acelerados
■ Estáveis
Belo Horizonte (MG)
Belo Horizonte (BA)
Goiânia (GO)
Brasília (DF)
Porto Alegre (RS)
Teresina (PI)
Barueri (SP)
Campinas (SP)

AUDIÊNCIA/MÊS

FOLHA DE S. PAULO 197.389.357
VISITANTES ÚNICOS 36.715.131



EDITORIAIS A2

Mourão sob fogo

Sobre números do desmatamento na Amazônia.

Mais uma chance

Acercar de renegociação da dívida externa argentina.

Premiê anuncia renúncia 6 dias depois de explosão no Líbano

Em meio à onda de protestos que se seguiram após a grande explosão ocorrida em Beirute no dia 4, o premiê do Líbano, Hassan Diab, anunciou ontem que deixará o cargo. Ainda não há previsão de quando o país, em grave crise econômica, vai formar novo governo. Mundo A10

Jovem é morto durante abordagem da PM

Rogério Ferreira da Silva Júnior morreu no domingo (9), quando fez 19 anos, após ser baleado por um PM numa abordagem em São Paulo. Dois agentes foram afastados das ruas. B6

Morre 2º da equipe que separou gêmeas siamesas

O médico Lucas Pires Augusto, 32, é a segunda vítima de Covid-19 na equipe que separou gêmeas unidas pela cabeça, em 2018. O primeiro foi o americano James Goodrich. B3

Novo protocolo: Contágio maciço de atletas e jogos adiados levam CBF a ampliar exigência de exames **PÁGINA 24**

Desabafo virtual: Desenvolvedor de aplicativo que perdeu vaga por não ter computador recebe 20 ofertas **PÁGINA 35**

Esforço. Vitor Eleotério, entregador e estudante de Computação

O GLOBO

Irineu Marinho (1876-1925) — (1904-2003) Roberto Marinho

RIO DE JANEIRO, TERÇA-FEIRA, 11 DE AGOSTO DE 2020 ANO XLVI - Nº 31.761 - PREÇO DESTE EXEMPLAR NO RJ - R\$ 5,00

ANTIFASCISTAS

Ministério da Justiça se recusa a enviar cópia de dossiê para o MPF

Pasta afirma que só aceitará ser oficiada pelo procurador-geral

Após se recusar a encaminhar ao Supremo Tribunal Federal, alegando sigilo, o dossiê elaborado para monitorar 579 servidores identificados com movimentos antifascistas, o Ministério da Justiça negou também ao Ministério Público Federal (MPF) uma cópia do relatório. A pasta argumenta que o assunto é de responsabilidade direta do ministro, André Mendonça, que só aceitará ser oficiada pelo procurador-geral da República, Augusto Aras. **PÁGINA 7**

Flávio se une a prefeitos da Baixada

O senador Flávio Bolsonaro vem se aproximando de prefeitos da Baixada Fluminense que estão em campanha pela reeleição. Na semana passada, ele participou da inauguração de obras com recursos federais ao lado dos prefeitos de Duque de Caxias e Belford Roxo, ambos do MDB e acusados de crimes. **PÁGINA 4**

DINHEIRO VIVO

Mais uma ex de Bolsonaro pagou por imóvel em espécie **PÁGINA 6**

ACORDO DE LENIÊNCIA

Órgão do MPF: Aras não deve assinar termo **PÁGINA 8**

Reforma administrativa é adiada para 2021

Após sucessivos adiamentos, o governo agora decidiu aguardar o resultado das eleições para as presidências da Câmara e do Senado para enviar a proposta de reforma administrativa ao Congresso. Para especialistas, a estratégia de postergar mudanças no funcionalismo depois da reforma tributária é equivocada. **PÁGINA 15**

MERVAL PEREIRA

STF vive à base de decisões monocráticas **PÁGINA 2**

MIRIAM LEITÃO

Carregaremos milhares de dúvidas **PÁGINA 16**

Bomba, bomba! A ajuda do Brasil ao Líbano: **CHACRA** Michel Temer!



Premier do Líbano renuncia e acusa elite

Após explosão que matou 163 pessoas, Hassan Diab anunciou sua demissão. Ele apontou a corrupção endêmica da elite política como a culpada pelo desastre no país. **PÁGINA 22**

GUGA CHACRA

Mudar sistema é tarefa quase impossível **PÁGINA 22**



Últimos retoques à espera do turista doméstico

O Pão de Açúcar, o Corcovado, as Paineiras, a roda-gigante do porto e o AquaRio abrem no sábado com uma série de precauções e a ideia de atrair o turista local. Trenzinhos do Redentor vão operar com capacidade limitada a 50% e higienização constante. **PÁGINA 14**

CONTAGIADOS
3.056.312

MORTOS
101.857

FONTE: CONJUNTO DE DADOS DO SUS

Praia pode ter lugar marcado e agendamento por aplicativo

Para evitar aglomeração, prefeitura estuda demarcar lugar na areia, com os banhistas agendando ida à praia via aplicativo. **PÁGINA 11**

BANDEIRA VERDE

Macaé, caso de sucesso contra Covid **PÁGINA 13**

Relatório critica falta de ação do MEC na pandemia

Documento da Câmara acusa ministério de não tomar medidas para inclusão de alunos com deficiência no ensino a distância. **PÁGINA 9**



Após eleição, revolta e pedido de recontagem

Sob denúncia de fraude, a oposição não reconheceu a vitória de Lukashenko para a Presidência da Bielorrússia, cargo que ocupa há 26 anos. Houve protestos em várias cidades, com forte repressão, que resultaram em um morto e três mil detidos. União Europeia pede recontagem dos votos. **PÁGINA 21**

VerCapas.com.br

www.correiobraziliense.com.br

LONDRES, 1808; HIPÓLITO JOSÉ DA COSTA, BRASILIA, 1960; ASSIS CHATEAUBRIAND

CORREIO BRAZILIENSE

BRASILIA, DISTRITO FEDERAL, TERÇA-FEIRA, 11 DE AGOSTO DE 2020

NÚMERO 20.898 • 36 PÁGINAS • R\$ 2,50

Fachin blindava Lava-Jato. Aras sofre dupla derrota

A força-tarefa da Lava-Jato segue viva em Brasília, apesar dos ataques de alguns integrantes da Procuradoria-Geral da República e do Supremo Tribunal Federal (STF) à atuação de procuradores e

do ex-juiz Sérgio Moro. O ministro Edson Fachin negou recurso interposto pela PGR e reiterou a proibição do compartilhamento de dados reunidos pela operação de combate à corrupção. Relator da Lava-Jato no Supremo, Fachin encaminhou a questão para o plenário. O procurador-geral Augusto Aras também sofreu outro revés. Ontem, com a posse de novos integrantes no Conselho

Superior do Ministério Público Federal, tornou-se majoritária a corrente de procuradores que defende a independência das investigações e se opõe a um controle centralizado das ações. PÁGINA 2

Superior do Ministério Público Federal, tornou-se majoritária a corrente de procuradores que defende a independência das investigações e se opõe a um controle centralizado das ações. PÁGINA 2

Caminhos para a sustentabilidade

Com a diminuição do uso de transporte público por causa do medo da pandemia do novo coronavírus, brasileiros, como o casal Renata e Jonas, optam por percorrer pequenas distâncias caminhando ou de bicicleta. Especialistas apontam a necessidade de investimentos para a conquista da mobilidade sustentável.

PÁGINA 19

Meirelles Junior/CB/DA Press



Incerteza ambiental

Concesso à iniciativa privada de áreas como o Parque Nacional de Brasília deixa dúvidas quanto ao futuro da preservação. PÁGINA 18

Protetores da floresta

Segundo cientistas, os desmatamentos na Amazônia são, consideravelmente, menores em territórios de povos indígenas. PÁGINA 14

Coletivos pedem socorro!

Com os orçamentos prejudicados por causa da pandemia, centros culturais do DF lutam para continuar funcionando. PÁGINA 22



Marcelo Ferreira/CB/DA Press



O governador de São Paulo, João Dória, será o entrevistado de hoje do CB.Poder, parceria do **Correio Braziliense** e da TV Brasília, às 13h20

Zona Verde como ocupação eficiente

Ao programa CB.Poder, o secretário de Transporte e Mobilidade do DF Valtair Casimiro, defende o projeto de estacionamento rotativo e pago no Plano Piloto como forma de incentivo ao transporte público. "Nas áreas comerciais, há pessoas que chegam com o carro pela manhã e só saem à noite", afirmou. PÁGINA 15

Marcelo Ferreira/CB/DA Press



Ritmo lento na volta à malhação

Academias do DF retomam atividades com poucos alunos e dificuldades financeiras. Setor adota normas de segurança sanitária. Frequentadores apóiam e se adaptam à nova rotina, com restrições no uso de aparelhos. PÁGINA 17



Renúncia não para crise

Protestos continuaram em Beirute durante o pronunciamento do premiê Hassan Diab. Ele deixou o poder, atacou a elite e denunciou "corrupção endêmica" no país. PÁGINA 12

Tiros e prisão na Casa Branca

PÁGINA 13



Ed Alves/CB/DA Press



A tragédia brasileira foi lembrada na fachada do Congresso

Em clima de paz, Pazuello apoia o isolamento

Após o país passar da marca de 100 mil mortes, ministro interino da Saúde evita confrontos e elogia a quarentena e outras ações implementadas por estados e municípios. O general também pede aos brasileiros que busquem os hospitais nos primeiros sintomas.

Marcelo Ferreira/CB/DA Press



Tristeza e homenagens

Avô das gêmeas siamesas Mel e Lis, separadas por cirurgia, Edilson Neves, 50 anos, morreu vítima da covid-19. Amigos se despediram dele (foto), ontem, na Feira dos Importados. O DF chegou a 1.608 óbitos pela doença. PÁGINAS 5 E 16



CLASSIFICADOS: 3342.1000 • ASSINATURA / ATENDIMENTO AO LEITOR: 3342.1000 • assinante.df@dabr.com.br • GRITA GERAL: 3214.1166

(01) 99256.3846

DIVULG. ASSOCIADOS DA

MME / ASCOM .